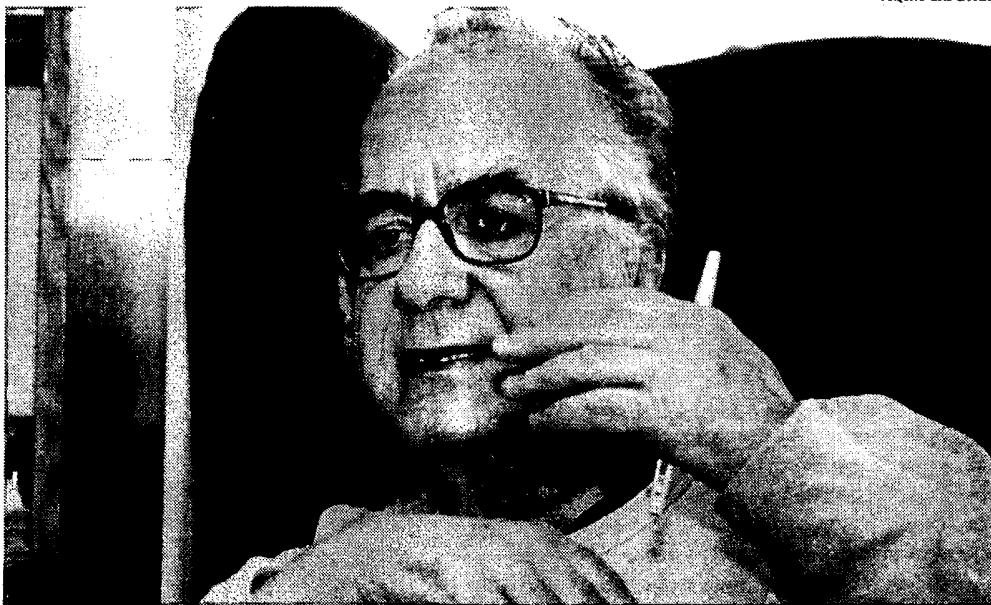


Um novo mapa judiciário



ARQUIVO-LUIS CARREGA

BOAVENTURA Sousa Santos vai apresentar o estudo realizado pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa

“A geografia da justiça – para um novo mapa judiciário” é o tema do estudo que hoje é apresentado por Boaventura de Sousa Santos com a presença do ministro da Justiça.

Realiza-se hoje, pelas 11H30, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Colégio S. Jerónimo, uma sessão pública de divulgação do estudo “A geo-

grafia da justiça – para um novo mapa judiciário”.

Este estudo, entregue ao Ministério da Justiça no passado dia 7 de Setembro, foi realizado pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES) a pedido do Ministério da Justiça.

Traçar, por comarca, o perfil da procura dos tribunais de primeira instância, bem como o tipo de oferta judicial e de recursos humanos; sistematizar as

principais linhas de debate e as reflexões sobre esta matéria; trazer para a reflexão interna experiências de outros países e as principais linhas do debate em curso no âmbito da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ); apresentação de uma proposta sobre a reorganização territorial da justiça são os principais objectivos do estudo.

A realização deste projecto de investigação envolveu o tratamento de indicadores sócio-económicos e de dados estatísticos dos tribunais de primeira instância (caracterização do volume e

da natureza da procura judicial e dos seus mobilizadores), a recolha e análise de estudos, de legislação, das recomendações do Conselho da Europa, em especial do CEPEJ, de modelos de organização territorial da justiça em vários países (França, Holanda, Áustria, Noruega, Suécia e Alemanha), bem como a realização de três painéis de discussão com a intervenção (num total de 41 pessoas) de magistrados e advogados e de entrevistas a informadores privilegiados.

A análise dos dados permitiu, não só caracterizar a actual organização territorial da justiça, as suas raízes históricas, as suas incongruências, a influência que alguns factores económico-sociais (como os fluxos migratórios) têm na procura judicial, como ainda recolher e sistematizar um vasto conjunto de posições dos vários intervenientes do sistema judicial.

Destaca-se, entre essas posições, o consenso generalizado em volta da necessidade de reorganização e redistribuição territorial da justiça, orientada por razões de racionalidade do sistema e de maior qualidade na administração da justiça.

Com base na investigação desenvolvida foi possível apresentar duas propostas de modelos para uma nova organização territorial da justiça. Ambas as propostas têm como principais linhas orientadoras a reafirmação e promoção do princípio do acesso à justiça e ao direito para todos os cidadãos, o aprofundamento da qualidade da justiça, o aumento da eficiência, da eficácia e da transparência do sistema de administração da justiça e a modernização e reforço da capacidade de administração e gestão do sistema judicial e dos processos.

Ministro vai “conhecer” novo mapa judiciário